

LUSOTROPICALISMO VERSUS ANGOLANIDADE

Por: Filipe Zau*

1. Génese e contextualização do lusotropicalismo

Cláudia Castelo, socióloga portuguesa, refere que apesar das “ideias mestras do luso-tropicalismo já aparecerem em *Casa Grande & Senzala* e em *O mundo que o português criou*”,¹ a teoria freyriana do luso-tropicalismo é posterior a estas duas obras.²

Em *Casa Grande & Senzala*, “Freyre sustenta a sua interpretação psico-cultural da formação da sociedade brasileira numa interpretação pessoal das predisposições de carácter do colonizador português”. Faz o mesmo em *O mundo que o português criou*, mas para um universo geograficamente maior e culturalmente diversificado. Nesta sua obra incluiu os portugueses em todas as partes dos trópicos, coibindo-se, um pouco, quanto aos portugueses em África. Sem conhecimento das novas realidades que coloca como seu objecto de análise, resta-lhe generalizar a partir do caso brasileiro.

Ainda de acordo com Cláudia Castelo, “ao invés de um estudo científico o leitor depara com uma invenção idealizada do ‘mundo português’. O melhor dos mundos, ou pelo menos, o mais democrático, o mais humano, o mais fraterno.”³

¹ “A especificidade do carácter do português: a sua predisposição para a aventura ‘ultramarina ou tropical’, para a miscigenação, para a interpenetração de valores e costumes; a ‘dualidade étnica e de cultura’ da sua formação; a influência do contacto com os mouros e os judeus... No entanto, ‘o parentesco sociológico do português civilizador dos trópicos com o árabe ou o maometano – dominador mais antigo do mesmo espaço’ – ganha agora ainda maior relevo”. FREYRE, Gilberto (1954), *Um brasileiro em terras portuguesas. Introdução a uma possível Luso-Tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, África e do Atlântico*; Edições Livros do Brasil, Lisboa, p.35; *cit. in*, CASTELO, Cláudia (1999), *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Edições Afrontamento, Porto, p.35. Gilberto Freyre esclarece nesta mesma obra, que o aprofundamento do tema surge na sequência de conversas com Franz Boas. FREYRE, Gilberto (1954), *op. cit.*, p.29, *cit. in*, CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.35

² O próprio Freyre é quem afirma que, no decurso da sua viagem por “terras portuguesas” sentiu confirmada uma intuição antiga e encontrou a expressão que lhe faltava para caracterizar, “(...) aquele tipo de civilização lusitana que, vitoriosa nos trópicos, constitui hoje toda uma civilização em fase ainda de expansão (...). Essa expressão – luso-tropical – parece corresponder ao facto de vir a expansão lusitana na África, na Ásia e na América manifestando evidente pendor, da parte do português, pela aclimação como que voluptuosa e não apenas interessada em áreas tropicais”. *Cf.*, FREYRE, Gilberto (1954), *op. cit.*, p.29, *cit. in*, CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.35

³ CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.35. Também Victor Kajibanga afirma que “a chamada sociedade crioula angolana e, na verdade, um mundo que os discípulos angolanos de Gilberto Freyre idealizaram (e continuam a idealizar), mas que a rigor, é um mundo que Portugal não foi capaz de criar e, por conseguinte, o luso-

Na década de 40, este quadro teórico não apresentou novos elementos, “embora Freyre continuasse o seu labor intelectual e bibliográfico, regressou à interpretação do Brasil”. Só a partir da década de 50, quando o governo português patrocinou a sua primeira viagem a todas as colónias portuguesas, foi quando Freyre universalizou, com convicção, o luso-tropicalismo. A visita de Freyre a Portugal e às colónias portuguesas acabava por ser determinante para a formulação do luso-tropicalismo, pela primeira vez colocada nas conferências lidas em Goa e Coimbra: *Uma cultura moderna: a luso-tropical* (Instituto Vasco da Gama, Novembro de 1951) e *Em torno de um novo conceito de tropicalismo* (Universidade de Coimbra, Janeiro de 1952). Estas conferências foram depois reunidas no livro *Um brasileiro em terras portuguesas*.⁴

Segundo Gilberto Freyre, a introdução deste livro é apenas uma tentativa de sistematização da nova doutrina⁵, que posteriormente aparece desenvolvida em *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e *O luso e o trópico* (1961). Nestas duas obras procura demarcar-se do vínculo que havia estabelecido com o regime político de Salazar⁶ e para reforçar o seu argumento, em *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, afirma que também é convidado pelos governos da União Indiana e da União Soviética, fazendo destes convites a prova de que não está conotado com uma ideologia política em particular. Daí que, em *Aventura e Rotina*, por entre os inúmeros elogios aos sistemas e práticas encontrados entre

tropicalismo e o ‘paradigma’ da criouldade não têm legitimidade de o aclamar, nem bases suficientes para o aclamar”. Cf., KAJIBANGA, Victor (1999), *Crise da Racionalidade Lusotropicalista e do “Paradigma” da Crioulidade. O caso da antropossociologia de Angola*, p.2; Comunicação apresentada ao Colóquio “O Luso-tropicalismo Revisado” realizado em Lisboa, na Sociedade de Geografia de Lisboa, de 11 a 12 de Fevereiro de 1999, p.16

⁴ *Ibidem*

⁵ Cf., FREIRE, Gilberto (1954), *op. cit.*, p.10; *cit. in*, CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.35

⁶ “Do ministro do Ultramar é que me veio o convite para, de volta da França, demorar-me em Portugal; e de Portugal ir ao ultramar português, numa viagem que ele deseja que dure um ano. Seu empenho é que eu percorra o ultramar português com olhos de homem de estudo. Com olhos livremente críticos. Que veja da África do Oriente, das ilhas, os defeitos e não apenas as virtudes (...) O convite recebido por mim do ministro do Ultramar não poderia ser mais nitidamente apolítico. Nem mais nitidamente apolítica poderia ter sido minha resposta a esse convite excepcional, que de início me colocou na situação de homem de estudo a quem se pedia que visse o ultramar português com inteira independência e até com olho sociologicamente clínico”. Cf., FREYRE, Gilberto (1980), *Aventura e Rotina: Sugestões de uma Viagem à Procura das Constantes Portuguesas de Carácter e Ação*, José Olímpio, Rio de Janeiro, p.5 e p.11; *cit. in*, BENDER, Gerald (1976), *Angola sob o Domínio Português – Mito e Realidade*, Sá da Costa Editora, Lisboa, p.423

os portugueses nos trópicos, tece um ou outro comentário laudatório a elementos do sistema russo relativamente à interacção com outros povos.⁷

Após a teorização do luso-tropicalismo, em 1951, o ensaio *Integração portuguesa nos trópicos*, que já circulava em meios universitários europeus e norte-americanos, não comporta novidades de fundo. São, no entanto, de registar: o tom mais político e menos sociológico; a introdução dos conceitos de “integração” e “simbiose”; o acentuar da tendência para a generalização e o alargamento do horizonte geográfico a todas as áreas de colonização hispânica dos trópicos.⁸ Nesta sua obra é também o próprio Freyre que afirma, que pretende “tornar a luso-tropicologia pragmática, funcional; encerrando um projecto de acção e um sentido político.”⁹

Cláudia Castelo encontra-se em sintonia com esta sua afirmação ao considerar que “(...) a civilização luso-tropical, que Freyre descreve e interpreta, não existe, é antes uma aspiração, um destino”. Com base em pressupostos psicológicos e históricos, Freyre fala-nos das características dessa mesma civilização e no fim prospectiva a sua implementação para os próximos decénios.¹⁰

⁷ “O exemplo dos Russos e de suas experiências ‘aculturativas’ na Ásia central [...] a ser considerado, dado o critério sociológico – e não estritamente político – de assimilação seguido hoje pelos Russos em suas relações com povos de culturas pré-letradas ou retardadas”. Cf., FREYRE, Gilberto (1980), *op. cit.*, p.202, *op. cit.*, BENDER, Gerald J., p.423. Todavia, Cláudia Castelo considera também relevante salientar o seguinte aspecto: “Importa sublinhar que estas duas obras são ‘encomendadas’ e publicadas por organismos do Estado português. A primeira, pela JIU, na colecção ECPS; a segunda, pela Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, no âmbito do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. O Estado Novo utiliza estes livros supostamente científicos, como instrumento de propaganda e de legitimação da sua política colonial. Se a manipulação político-ideológica é exterior aos textos, no interior dos textos radica a sua possibilidade. O autor não deixa de ser conivente com este processo”. Cf., CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.37

⁸ CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.37

⁹ “Político na acepção de uma política de cultura e de uma política de migração dentro do mundo luso-tropical. No sentido também de uma política económica. No sentido ainda de afirmação ou reafirmação de uma política de democracia étnica que avigore em todos os membros da comunidade luso-tropical a resistência aos etnocentrismos vindos de povos vizinhos ou de minorias étnico-culturais que se concentrem dentro da própria comunidade luso-tropical, em desarmonia com as tradições e os sentimentos mais castiçamente lusitanos”. Cf., FREIRE, Gilberto (1958), *Integração portuguesa nos trópicos*, JIU, Lisboa, p.64; *cit. in*, CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.37

¹⁰ “Dizia Fernando Pessoa estar ainda reservado para Portugal ‘um grande futuro’. Se por ‘Portugal’ se compreender todo o complexo lusotropical que tem em terras portuguesas da Europa suas principais, mas não exclusivas raízes, a previsão poética se apresenta com alguma consistência sociológica. Uma nova afirmação das energias portuguesas ampliadas em energias lusotropicalais é de se esperar nos próximos decénios; na realidade já se esboça. Energias portuguesas e energias brasileiras. Cremos que esse destino se realizará humanamente no duplo sentido do humano; e num espaço que será todo de áreas tropicais ou quase tropicais. Além de povoadas serão essas áreas civilizadas – na verdade já o estão sendo – cada vez mais, por gente camonianamente de ‘vária cor’; e não apenas por brancos ou por caucásicos. Gente de ‘vária cor’ mas a mesma, ou quase a mesma, no seu sentir e no seu agir mais característicos de um novo tipo de civilização,

Quanto à “integração” desde logo inscrita no título – *Integração portuguesa nos trópicos* – Gilberto Freyre refere-se ao processo simbiótico de união dos portugueses com os trópicos iniciado no século XV, ou melhor, “de fusão sob a égide de Portugal, de elementos diversos, em termos geográficos, biológicos e culturais, numa nova civilização, a civilização luso-tropical.”¹¹

2. Reações à fundamentação lusotropicalista

Enquanto a maior parte dos estadistas portugueses e muitos estadistas americanos e europeus aceitaram a validade das asserções luso-tropicalistas de tolerância racial nas colónias, um número relevante de angolanos negros, mestiços e brancos condenaram o luso-tropicalismo como um mito cruel, perpetrado para cegar o mundo às realidades da opressão e exploração racial.¹²

Atacaram, sobretudo, as doutrinas do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre – o pai do luso-tropicalismo – e aqueles que aprovavam as suas teorias, por insistirem nas ligações sexuais inter-raciais, enquanto ignoravam os factos económicos e políticos. Mais recentemente, em 1996, o sociólogo angolano José Carlos Venâncio – ao caracterizar a especificidade da colonização portuguesa – de acordo com Gilberto Freyre, na sua obra *Casa Grande & Senzala* – afirmou que a mesma assentava na seguinte tríade: “mobilidade”, “miscibilidade” e “aclimatibilidade”.

Segundo Venâncio, a “mobilidade” justificava-se pela falta de braços para o trabalho. A “miscibilidade” não só pela escassez de braços “(...) para a manutenção de um tão vasto império, mas também pela bio-continentalidade portuguesa (ou seja, a

capaz de prolongar valores europeus nos trópicos. Só que essa civilização nova não se conservará, nesses espaços ecologicamente diversos dos europeus, civilização subeuropeia com pretensões a pura ou intransigentemente europeia”. Cf., FREIRE, Gilberto (1958), *op. cit.*, pp. 64-65; *cit. in*. CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.38

¹¹ FREYRE, Gilberto (1958), *op. cit.*, p.33; *cit. in*, CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.38

¹² Virtualmente todos os líderes nacionalistas proeminentes e a maior parte dos seus adeptos, dentro e fora dos movimentos de libertação, que escreveram acerca das relações de raça em Angola, adoptaram esta posição. Excertos de discursos e artigos importantes de Agostinho Neto, Holden Roberto, Jonas Savimbi, Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e outros podem ser encontrados na valiosa colecção de documentos nacionalistas publicados por CHILCOTE, Ronald (1972) *Emerging Nationalism in Portuguese Africa: Documents*, Stanford, Hoover Institution Press; *cit. in*, BENDER Gerald J., *op. cit.*, pp.10-11

proximidade do norte de África e a forte componente árabe na composição do homem e da cultura portuguesa) e por fim, a aclimatilidade”¹³

3. Mitos do luso-tropicalismo

Gerald J. Bender é um dos muitos investigadores que, não sendo português nem cidadão de nenhum dos países de língua oficial portuguesa, se debruçou, com alguma ironia, sobre os mitos do luso-tropicalismo e resumiu as principais linhas de forças dos defensores do mesmo da seguinte maneira:

- Os portugueses são portadores de uma capacidade especial (que não se encontra em nenhum outro povo) para se adaptarem aos espaços e povos tropicais (não-europeus), atendendo, sobretudo, às suas características idiossincráticas de ordem cultural e racial;

- Como colonizador, o elemento português era essencialmente pobre e humilde, daí, se encontrar, logo à partida, desprovido de motivações ligadas à exploração, facto que caracterizou outros países congéneres europeus mais industrializados;

- A sua condição de pobre e humilde levou-o a estabelecer relações de cordialidade com populações não-europeias, como foi o caso do reino do Congo, em finais do século XV;¹⁴

¹³ VENÂNCIO, José Carlos (1996a), *Colonialismo, Antropologia e Lusofonia. Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos*, Veja, Lisboa, p.21; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor, *op. cit.*, p.2;

¹⁴ O princípio de horizontalidade entre o reino do Congo e o reino de Portugal, nos primeiros anos de contacto, respectivamente: nos reinados de D. João I (Nzinga Mvemba I ou Nzinga-a-Nkuvu) e Afonso I (Mvemba’a Nzinga I ou Mbemba-a-Nzinga) do Congo; e nos reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III (uma parte) de Portugal. No todo, um período correspondente a cerca de meio século, se considerarmos o baptismo de D. João I, em 1491 e o atentado a D. Afonso I em 1540. A propósito do princípio de horizontalidade entre o reino de Portugal e o reino do Kongo, José Ramos Tinhorão dá-nos a conhecer que, “(...) pela mesma época João Afonso de Aveiro trouxera da costa da Mina uma embaixada do rei de Beni [Benim], ‘senhor de huma bem dilatada província, copiosíssima de gente, a qual tem seu sítio entre terras que visinham com o castelo da Mina e o grande reino do Congo’ (...)” *Cf.*, HISTÓRIA DOS MOSTEIROS, CONVENTOS E CASAS RELIGIOSAS DE LISBOA (1972), *Do Hospício dos Religiosos Capuchinhos Italianos, missionários da Etiópia Ocidental ou Inferior*, tomo II, cap. XXIX, Publicações. da Câmara Municipal de Lisboa, p.158; *In*, TINHORÃO, José Ramos (1988), *Os Negros em Portugal – Uma Presença Silenciosa*, Editorial Caminho, Lisboa, pp.267-268. “Como neste caso, porém, a despeito das ‘várias mercês que lhe fez [o rei de Portugal ao embaixador africano], despachando-o juntamente com bons presentes para seo Rey’, este senhor de Beni não se deixou envolver, D. João II mandou em 1487 à região da Gâmbia e Senegal uma missão ao senhor dos jalofos, Bemey ou Beomi, e que lá chegou exactamente na época em que este era deposto por um irmão. Acolhido pelos portugueses na hora do infortúnio político, o rei Beomi foi levado a Portugal com 25 outros ‘homens todos da melhor nobreza da terra’, sendo recebido com muitas honras por D. João II, que espertamente

- O maior testemunho de ausência de racismo está no Brasil, cuja colonização resultou num caldeamento cultural e numa população predominantemente mestiça, fruto da liberdade social e sexual que, desde sempre, existiu entre portugueses e não-europeus;

- Contrariamente à África do Sul e aos Estados Unidos da América, nunca houve em Portugal legislação que impedisse os não-brancos de ocuparem cargos específicos, facilidades, etc.;

- Todo o preconceito ou discriminação que houve nos territórios anteriormente governados por Portugal, basearam-se em aspectos ligados à classe social e nunca à cor da pele.¹⁵

Todavia, sobre a questão da ausência de racismo no Brasil, Vamireh Chacon, um politólogo brasileiro da Universidade de Brasília e, por sinal, um defensor do luso-tropicalismo, opõe-se à ideia de que, alguma vez, Gilberto Freyre tenha afirmado que não havia racismo no Brasil.¹⁶ Bem pelo contrário, Vamireh Chacon refere que o próprio Gilberto Freyre “não doira a miscigenação brasileira” desde *Casa Grande & Senzala*.¹⁷

Um outro sociólogo angolano, Vítor Kajibanga, sustentando-se no martiniquês, teórico da negritude, Aimé Césaire (1913-2008) e no sociólogo e político angolano Mário Pinto de Andrade (1929-1990), refutou esta posição e afirmou, que aquela caracterização ignorava a dimensão socioeconómica e política da colonização, “que consiste na pilhagem

idealizou devolvê-lo ao Poder em troca de aliança que permitisse a construção de uma fortaleza na boca do rio Çanaga ou Senegal. E a ideia, aliás, só não se concretizou porque, durante a viagem de volta, o capitão-mor da armada, Pedro Vaz da Cunha, suspeitando de próxima traição por parte de Beomi, o matou a punhaladas, fazendo fracassar a missão. Foi após esse revés em Beni, que D. João II resolveu não permitir, que o mesmo acontecesse no Congo. E, assim, manda voltar a África em 1490, acompanhados de grande embaixada, os nobres congueses (agora cristianizados) que o rei africano escolhera para conhecer Portugal”. Cf., TINHORÃO, José Ramos, *op. cit.*, p.268

¹⁵ BENDER, Gerald J., *op. cit.*, p.22

¹⁶ “Não é verdade que Gilberto Freyre tenha declarado o Brasil uma democracia étnica pronta e acabada, quem afirmou a cordialidade brasileira apesar de tantas revoluções e conflitos internos foi, sim, Sérgio Buarque de Holanda que depois andou se explicando sob pressão por Cassiano Ricardo (1948). Gilberto Freyre não apenas se limitou a constatar a tensão racial, menor comparativamente no Brasil que nos Estados Unidos, África do Sul, Europa ou Oriente, também previu que, por isso mesmo, o Brasil pode e deve continuar à frente deste avanço mundial anti-racista”. CHACON, Vamireh (2000), *Gilberto Freyre, a globalização e o luso-tropicalismo*; In, MOREIRA, Adriano; VENÂNCIO, José Carlos – Org. (2000), *Luso-tropicalismo: Uma teoria social em questão*; Vega Editora, Lisboa, p.40

¹⁷ “(...) relações de vencedores com vencidos – sempre perigosas para a moralidade sexual (...); esse período é que sobre o filho da família escravocrata no Brasil agiam influências sociais – a sua condição de senhor cercado de escravos e animais dóceis – induziu-o à bestialidade e ao sadismo (...); [Violência também contra a mulher], tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou abuso do homem”. Cf., FREYRE, Gilberto (1963) [1933], *Casa Grande & Senzala*, Edição Livros do Brasil, Lisboa, p.461, e p. 113; *cit. in*, CHACON, Vamireh, *op. cit.*, p.40

dos recursos naturais dos países colonizados, na exploração da força de trabalho dos seus habitantes e no desenvolvimento do poder económico, social e político dos colonizadores.”¹⁸

Para Kajibanga “a essência social do colonialismo é uma”. Daí não acreditar que tenha existido no mundo colonialismos, que se caracterizassem por sentimentos de generosidade e “que supostamente terão investido na formação da nova cultura e do homem novo, em detrimento do saque de recursos naturais (e outras riquezas) e da exploração de mão-de-obra das populações colonizadas.”¹⁹

Esta opinião de Victor Kajibanga vai, também, de encontro à de Frantz Fanon que, na sua obra, *Os Condenados da Terra*, afirmava que “as relações colono-colonizado são relações de massa. Ao número o colono opõe a força.”²⁰

Daí que, já bem antes, em 1955, Mário Pinto de Andrade, sob o pseudónimo de Buanga Fele, exprimisse, até, com alguma ironia, a sua crítica ao conceito de luso-tropicalismo:

“Na escrita superficialmente brilhante de G. Freyre pode-se portanto ler que o luso-tropicalismo é simultaneamente um conceito, uma teoria e um método de colonização. Poder-se-ia portanto defini-lo como sendo: Uma vocação congénita dos portugueses em

¹⁸ CÉSAIRE, Aimé (1978a), *Discurso sobre o colonialismo. Prefácio de Mário Pinto de Andrade*, Sá da Costa, Lisboa, s/p; ANDRADE, Mário Pinto de (1971), *La Guerre en Angola – Étude socio-economique (en collaboration avec Marc Ollivier)*, Editions Maspéro (Tradução em português, Lisboa, 1974), s/p; ANDRADE, Mário de (1978b), *O que é o lusotropicalismo?*, In, BRAGANÇA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel (1978), *Quem é o inimigo?*, vol. I, Iniciativas Editoriais, Lisboa, pp.225-233; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.3

¹⁹ KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.8

²⁰ FANON, Frantz (s/d), *Os Condenados da Terra*, Ulmeiro/Terceiro Mundo e Revolução, nº 3, Lisboa, p.29. Em 1995, o também sociólogo francês George Balandier, via a situação colonial em África do seguinte modo: “A dominação imposta por uma minoria estrangeira, ‘racial’ e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (e ou étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior; o estabelecimento de relações de maquinismo, de economia poderosa, de ritmo rápido e de origem cristã impõe-se a civilizações sem técnicas complexas, de economia retardada, de ritmo lento e radicalmente ‘não cristã’; o carácter antagónico das relações que intervêm entre as duas sociedades, antagonismo que se explica pelo papel de instrumento a que intervêm entre a sociedade dominada; a necessidade, para manter a dominação, de correr à ‘força’, mas também a um conjunto de pseudo-justificações de comportamentos estereotipados”. BALANDIER, Georges (1995), *Sociologie Actuelle de l’Afrique Noire*, s/e, s/p; cit. in, ROCHER, Guy (1989), *Sociologia Geral. Mudança Social e Acção Histórica*, Vol. 3, Editorial Presença, Lisboa, pp.186-187. Guy Rocher, por seu turno, aponta seis características essenciais da situação colonial: a) a exploração económica estrangeira; b) a dependência política; c) as barreiras sociais e raciais; d) a atomização social; e e) o sistema de justificações. Sobre este mesmo assunto veja-se igualmente BALANDIER, Georges (1951), *La situation coloniale: approche théoriques*, Cahiers Internationaux de Sociologie, XI, pp.44-79; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.9

serem atraídos pela mulher de cor nas suas relações; o desinteresse dos portugueses pela exploração económica nos trópicos; a manutenção de relações sociais com os habitantes dos países tropicais com vista à criação da mobilidade vertical na vida social e política”.²¹

Mário Pinto de Andrade denunciava sobretudo, a ausência de assimilação e integração de valores tropicais na cultura lusitana²² e concluía que o luso-tropicalismo “não sendo válido para explicar a formação do Brasil, é inteiramente falso para as circunstâncias coloniais da África.”²³ É pois, na mesma linha de pensamento, que Victor Kajibanga considera ser um grande equívoco falar-se, para o caso angolano, do luso-tropicalismo e da criouliidade.

4. Lusotropicalismo e criouliidade: duas variantes de um mesmo discurso

No “Dicionário crítico etimológico da língua castelhana”, crioulo surge-nos com sendo um termo polissémico que na sua origem etimológica deriva de criar. Após ter começado a ser inicialmente utilizado no Brasil, em pleno século XVI, nos fins do século XVIII já se encontrava generalizado em toda esta ex-colónia portuguesa, com o sentido de “escravo que nasceu em casa do senhor” e em oposição ao chamado “negro buçal” precedente do tráfico africano.

O vocábulo propagou-se às áreas hispano-americanas para designar os brancos nascidos no novo Mundo. “Afigura-se-nos que as sociedades crioulas se caracterizam como ambientes sociais, produto de amalgamento biocultural num espaço de relativa exiguidade, com uma língua própria de comunicação, em tudo emergente de um processo de transculturação.” Contudo, “existe a tendência de considerar *crioulo* todo o nativo africano portador de valores induzidos pelo encontro simbiótico da cultura da comunidade étnica de origem com a ocidental portuguesa.”²⁴

²¹ Cf., FELE, Buanga (Outubro- Novembro de 1955), *Qu'est-ce que le lusotropicalisme?*, Presence Africaine, nº IV, Paris; também em ANDRADE, Mário de (1978b), *op. cit.*, p.231; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.3

²² ANDRADE, Mário de (1958), *Cultura Negro Africana e Assimilação*, In, ANDRADE, Mário de (1958), *Antologia de poesia africana de expressão portuguesa*, Prefácio do Autor, Pierre Jean Oswald, Paris; s/p; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.3

²³ ANDRADE, Mário de (1978b), *op. cit.*, p.253; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.3

²⁴ Cf., MOREIRA, Adriano; VENÂNCIO, José Carlos – Org. (2000), *Luso-tropicalismo: Uma teoria social em questão*; Vega Editora, Lisboa, s/p; e BENTON, William, Publisher (1943-1972), *The New Encyclopaedia*

Em Angola o primeiro autor a debruçar-se de forma mais detalhada sobre a criouldade foi Mário António de Oliveira, que, afirmava “que tal grupo seria fruto de pequenos núcleos populacionais resultantes da penetração portuguesa em África, restrita a uma faixa litorânea pontuada por portos para o comércio de escravos, além de uma pequena inserção nas margens do rio Kwanza, através da construção de presídios e do estabelecimento de mercados ou feiras. Ainda de acordo com Mário António, a presença crioula ter-se-ia consolidado nessas regiões a partir do século XVII e Luanda constituiria o local privilegiado pelos seus componentes.”²⁵

Mas para Victor Kajibanga a criouldade é apenas a variante angolana do luso-tropicalismo. Entre outros, contra a opinião de Jill Dias,²⁶ mas na esteira de Mário Pinto de Andrade e dos ensaístas portugueses Alfredo Margarido²⁷ e Orlando de Albuquerque,²⁸ considera “não ter havido, em Angola, a cristalização (no sentido hegemónico ou de enraizamento) das formas socioculturais resultantes da interação entre Europeus e Africanos.”²⁹

Fundamenta esta sua afirmação ao considerar que o peso das etnicidades e das sociedades étnicas na sociedade angolana contemporânea, assim como o recurso sistemático que as elites do Estado pós-colonial fazem às clientelas étnicas como suportes e bases de apoio do poder instituído, são alguns dos factos que contrariam o mito fundador da

Britannica, vol. III, p.233; *cit. in*, ANDRADE, Mário de (1997), *Origens do Nacionalismo Africano*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, p.23.

²⁵ Cf., DIAS, Jill (Jan/jun 1984), *Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930*, In, Revista Internacional de Estudos Africanos, nº1, 61-94, Lisboa, p.61, notam 1; *cit. in*, BITTENCOURT, Marcelo (2000) *A resposta dos “Crioulos Luandenses” ao intensificar do processo colonial em finais do século XIX*, In, SANTOS, Maria Emília Madeira (dir.), *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c.1885-c.1930)*, Actas, III Reunião Internacional de História de África, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, p.655. Também em OLIVEIRA, Mário António (1968) *Luanda “Ilha” Crioula*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, p.17; e VENÂNCIO, José Carlos (1996), *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias. Repensando a Presença Portuguesa nos Trópicos*, Vega, Lisboa, pp.25-30 e p.29, *cit. in*, BITTENCOURT, Marcelo, *op. cit.*, p.654. Bittencourt informa-nos ainda que Venâncio chama a atenção para o facto de que o emprego do termo num determinado contexto sul-americano ter influenciado mais Mário António do que a sua utilização em África.

²⁶ DIAS, Jill R. (1984), *Uma questão de Identidade: Respostas Intelectuais às Transformações Económicas no seio da Elite Crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930*, Revista Internacional de Estudos Africanos, nº I, pp.61-94; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.6

²⁷ MARGARIDO, Alfredo (1962), *Incidências sócio-económicas na poesia negra de expressão portuguesa*, trad. De Diogène, nº 37; In, MARGARIDO, Alfredo (1962), *Estudos sobre Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Regra do Jogo, Lisboa, pp.43-71; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.6

²⁸ ALBUQUERQUE, Orlando (1975), *Crioulismo e Mulatismo*, Capricórnio, Lobito, s/p; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.6

²⁹ KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.6

crioulidade defendido por Francisco Soares e José Carlos Venâncio. Contudo, Venâncio, segundo o académico brasileiro Marcelo Bittencourt, chegou a alertar para o facto de o emprego do termo “crioulo”, num determinado contexto sul-americano, ter influenciado mais Mário António do que a sua utilização em África.³⁰

Em relação a Mário António, refere Kajibanga que este definia o luso-tropicalismo e a criouliidade com alguma “ambiguidade e insegurança” já que, numa entrevista concedida a Michel Laban (um francês estudioso de literaturas africanas), igualava o luso-tropicalismo às práticas de alguns angolanos, quando festejam o Natal: “Com bacalhau”, “Com figos”, “amêndoas”, “nozes”, “com castanhas”.

Para além deste aspecto, “chega mesmo a chamar essa prática como um exemplo satisfatório de luso-tropicalismo.”³¹ Todavia, mais tarde, Mário António, na sua tese de doutoramento – *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)* – defendida, em 1985, na Universidade Nova de Lisboa, acabou por reconhecer o carácter polémico do conceito de criouliidade,³² que, em alguns países sul-americanos é, hoje, um conceito em desuso e, em sua substituição, se propõe o de “antilhanidade”.

Num texto não menos polémico intitulado “Critique Afrocentrique de l’Elogie de la Créolité”, inserido em *Penser la Créolité*, a professora da Temple University em Filadélfia (EUA), Ama Mazama, nascida no Guadalupe, apela à denúncia da criouliidade pelas seguintes três razões fundamentais: “pour la facture fondamentalement eurocentrique; pour la légèreté de son approche de la réalité sociopolitique caribéenne; pour ses postulats socioantropologiques au fondements incertains.”³³

Para Kajibanga, os termos sociedade “biculturalmente mestiça” e “sociedade crioula”, utilizados por José Carlos Venâncio³⁴ têm apenas como alvo a construção de uma

³⁰ BITENCOURT, Marcelo, *op. cit.*, p.654

³¹ LABAN, Michel (s/d), Angola 1991, *Encontro com Escritores*, vol. I, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, p. 369-405; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.4

³² OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (1997), *A Formação da Literatura Angolana*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, pp.11-16; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.4

³³ “Pela sua factura fundamentalmente eurocêntrica, pela ligeireza da abordagem que faz da realidade caribense, pelos seus fundamentos postulados sócio-antropológicos incertos”. CONDÉ, Maryse; COTTENET-HAGE (1995), *Penser la Créolité*, Karthala, Paris, pp.86-99; tradução e *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.5

³⁴ VENÂNCIO, José Carlos (1992), *Literatura Versus Sociedade. Uma visão antropológica do destino angolano*, Veja, Lisboa, p.31; *cit. in*, KAJIBANGA, Víctor (1999), *op. cit.*, p.2

teoria explicativa, totalitária e hegemónica sobre a realidade sociológica angolana.³⁵ Muito próximo das posições de Mário Pinto de Andrade, com base numa “(...) nova grelha (de leitura) teórica para a explicação dos factos e processos sociais angolanos” que assenta numa sociologia (e epistemologia) do saber endógeno,³⁶ Vítor Kajibanga refuta aquilo a que ele próprio chama de “racionalidade luso-tropicalista e paradigma da criouldade”.

Ao refutar a teoria da criouldade (a variante do luso-tropicalismo para Angola), afirma haver um “carácter falacioso do mito do não racismo português, que os insígnios teóricos da criouldade também pretendem defender e eternizar de forma camuflada”. Porém, considera que essa questão “já foi suficientemente demonstrada em estudos competentes de autores estrangeiros³⁷ (incluindo portugueses³⁸) e angolanos.

³⁵ “(...) o paradigma da antropossociologia da criouldade angolana formulado nos trabalhos de José Carlos Venâncio e Francisco Soares (...) falseiam essa mesma realidade e se prestam a cultivar o mito dos grandes feitos dos descobrimentos e da colonização portugueses, o discurso da raça e uma epistemologia de pendoreurocentrista e paternalista”. Cf., KAJIBANGA, Vítor (1999), *op. cit.*, p.2

³⁶ “Sobre a epistemologia do saber endógeno para a caracterização da substância societal angolana, resultante do diálogo e do choque entre culturas étnicas e regionais do território que hoje se chama Angola a perspectiva africana do saber endógeno, ver HOUNTONDJI, Pulin – org. (1994), *Les Savoir Endogènes. Pistes pour une Recherche*, CODESRIA, Paris; e, também, KI-ZERBO, Joseph – Org (1992), *La Natte des Autres. Pour un développement endogène em Afrique*, CODESRIA, Paris ; *cit. in*, KAJIBANGA, Vítor (1999), *op. cit.*, p.2. Relembramos que, a endogeneidade, de que já nos referimos atrás, “remete-nos para as fontes das tradições africanas, mas com um imperioso desejo de progresso e de modernização, de abertura sobre a comunidade”. Cf., HAIDARA, Baba Akhib (1989/1990), *Desenvolvimento e Educação em África*, In, MATOS, Artur Teodoro; MEDEIROS, Carlos Laranjo – Dir. (1989/990), *Povos e Culturas, Educação em África*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, p.36

³⁷ Veja-se PELISSIER, René, *La Colonie du Minutaure. Nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*, Orgenal: Editions Pelissier; Paris, s/d, s/l; PELISSIER, René, *Le Naufrage de caravelles – Etudes sur la fin de l’empire portugais (1961-1975)*, Orgeval : Editions Pelissier, s/d, s/l ; BENDER, Gerald J., *op. cit.* ; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.9. A esta lista podemos ainda juntar : BOXER, Charles (1963), *Race relations in the portuguese colonial empire, 1415-1825*, Oxford University Press, Londres; CABRAL, Amílcar, *Prefácio* ; In, DAVIDSON, Basil (1975), *A libertação da Guiné*, Livraria Sá da Costa, Lisboa, pp.3-4 (ed. orig., 1969, Penguin Books, Londres); BASTIDE, Roger (1972), *Lusotropicology, race, nationalism, class protest and devolpment in Brazil and portuguese África* ; in, *Protest and resistance in Angola and Brazil*, ed. Ronald H. Chilcote, University of California Press, Berkeley, pp.225-240 ; PAPAGNO, Giuseppe (1980), *Colonialismo e Feudalismo*, A Regra do Jogo, Lisboa, pp.47-49 (ed. orig.: 1972, Einaudi, Turim); ALEXANDRE, Valentim (1973), *Le colonialisme portugais: réalité et mythe* ; In, Suisse-Portugal, de l’Europe à l’África, Genebra, pp.8-17; CARRILHO, Maria (1973), *Case e catapecchie : il luso-tropicalismo di Gilberto Freyre* ; In, *Crítica Sociologica*, nº 25, pp.72-81; ISAACMAN, Allen F.; ISSACMAN, Barbara (1980), *Mozambique during the colonial period*, In, *Tarikh*, nº4, pp.47-60; entre outros ; *cit. in*, CASTELO, Cláudia, *op.cit.*, pp. 41-42

³⁸ RIBEIRO, Orlando (1981), *A colonização de Angola e o seu fracasso*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa; HENRIQUES, Isabel Castro (1997), *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais do século XIX*, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, pp.39-40; LARANJEIRA, Pires (10-13 de Dezembro de 1997), *Literatura*,

Destaca as teses de José Carlos Venâncio e de Francisco Soares que, de acordo com a sua opinião, “propõem um discurso de raça (melhor dizendo, um discurso de consciência de raça dos mestiços), para o entendimento da especificidade da sociedade angolana contemporânea.”³⁹ Um “rol de equívocos e estereótipos”, segundo Victor Kajibanga, que vêm no rasto do “filósofo nativista português” Pinharanda Gomes, um dos grandes defensores da portugalidade que, no seu livro, *Fenomenologia da Cultura Portuguesa*, publicado em 1969, chegou a defender “teses absurdas e marginais”, como as seguintes: “(...) a invenção do mestiço era o facto mais importante da colonização portuguesa; o mestiço era a vida necessária ao aparecimento da nova cultura portuguesa; o mestiço seria a ponte de união geográfica de Portugal e o mundo por ele colonizado.”⁴⁰

5. Vertentes de identidade na edificação do conceito de angolanidade

Como as sociedades não são estáticas, mas dinâmicas, o processo de formação e fixação dos diferentes grupos etnolinguísticos e de várias outras comunidades são o resultado “de uma história e tradição milenares de mestiçagem biológica e cultural endógenos”. Um aspecto subestimado pelos defensores do luso-tropicalismo e da teoria da criouldade, mas, o qual já o etnólogo português José Redinha havia registado.⁴¹

Cânone e Poder Político, I Encontro Internacional Sobre Literatura Angolana, Comunicação, Luanda, [policopiado]; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.6

³⁹ Kajibanga apresenta os seguintes exemplos: “A criouldade é vista como princípio fundador da angolanidade”; Cf., VENÂNCIO, José Carlos (1992a), *Literatura versus Sociedade. Uma visão antropológica do destino angolano*, Veja, Lisboa; SOARES, Francisco (1996), *A Autobiografia Lírica de “M. António”: Uma Estética e Uma Ética da Criouldade Angolana*, Pendor, Évora; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.7. “A angolanidade é entendida como a interpretação que alguns intelectuais, políticos, escritores etc, fazem da sociedade crioula angolana”. Cf., VENÂNCIO, José Carlos (1992b), *Literatura e Poder na África Lusófona*, ICALP/Ministério da Educação, Lisboa, p.19; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.7. “A sociedade crioula é projectada como o ponto de referência para a construção da nação angolana”. Cf., VENÂNCIO, José Carlos (1992a), *op. cit.*, pp.19-20; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.7. “A minoria da sociedade crioula é investida de legitimidade bastante para falar em nome da maioria”. *Idem*, p.21; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.7. “A origem biológica (ou a consciência de raça e especificidade do colonialismo português determinam a produção literária dos autores crioulos”. Cf., VENÂNCIO, José Carlos (1992b), *op. cit.*, p.31; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.7. “O crioulo é o descendente cultural de pelo menos uma genealogia transcontinental”. Cf., SOARES, Francisco, *op. cit.*, p.24; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.7. “A condição de criouldade está circunscrita aos mestiços biológicos e aos brancos que partilham essa vivência”. Cf., VENÂNCIO, José Carlos (1996a), *op. cit.*, pp.28-29; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.8. “A criouldade é entendida como o ‘ponto final’ do processo de colonização”. KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.8

⁴⁰ GOMES, Pinharanda (1969), *Fenomenologia da Cultura Portuguesa*, s/e, s/l; cit. in, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.11

⁴¹ “A difusão do contorno por cruzamento das manchas étnicas em contacto; as submissões dos grupos mais fracos à designação grupal dos mais fortes; as sucessões de chefia com alternância étnica; a naturalização

Os portugueses, segundo Freyre, teriam utilizado, ao contrário de outros europeus, “métodos de integração” no sistema de relações sociais e não de subjugação ou mesmo de assimilação.⁴²

Mas, tal como Mário Pinto de Andrade, também Bender afirma que esta “integração” dizia apenas respeito à europeização dos africanos e não o inverso. Sempre que os valores e os padrões de vida africanos influenciavam os portugueses, isso era considerado um retrocesso⁴³ e, apesar de só se descobrir o que já existe,⁴⁴ esta deverá ser,

voluntária de diversos grupos em grupos culturais mais evoluídos; o grande número de enclaves de diversas fracções étnicas no corpo de outras etnias; a acentuada sinuosidade de colónias nas barbaduras étnicas. A adopção de línguas de alguns grupos dominantes também influi na face das cartas étnicas, porque, se bem que este fenómeno não signifique transformação da personalidade basal dum determinado grupo, não deixa de ser muito importante, em presença do método de classificação etno-linguístico em uso. É de se prever que novos etnótipos se terão de vir a criar para a classificação de novas situações etno-sociológicas, linguísticas e culturais. A vida de relação comum, a divulgação crescente da língua portuguesa, são factores de dinâmica social a incluir neste movimento geral irreversível, muito incrementado pelo desenvolvimento urbanístico, da economia, da cultura, e das concentrações populacionais”. Texto propedêutico escrito em 1971, inserido na 9ª edição do mapa étnico de Angola. Cf., REDINHA, José (1975), *Distribuição Étnica de Angola*, Fundo de Turismo e Publicidade, 9ª ed., Luanda, p.6; *cit. in*, KAJIBANGA, Victor (1999), *op. cit.*, p.14

⁴² “Integração significa, em moderna linguagem especificamente sociológica, aquele processo social que tende a harmonizar e unificar unidades diversas ou em conflito (...) Integrar quer dizer (...) unir unidades separadas num todo coeso, um tanto diferente da pura soma de partes, como se verifica quando tribos ou estados e até nações diferentes passam a fazer, de tal modo, parte de um conjunto, seja nacional ou transnacional, que dessa participação resulta uma cultura, se não homogénea, com tendência a homogénea, formada por traços mutuamente adaptados – ou adaptáveis uns nos outros. Assim compreendida a integração contrasta com a subjugação (...) contrastando também com a própria assimilação”. Cf., FREYRE, Gilberto (1961), *O luso e trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, cap. VII, Lisboa, p.291; *cit. in*, CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.38

⁴³ ISAACMAN, Allen F. (1972) *Mozambique: The Africanization of a European Institution*, University of Wisconsin Press; Madison; *cit. in*, BENDER, Gerald J., *op. cit.*, p. 28. Ainda de acordo com Gerald Bender, neste estudo, a que foi atribuído o Prémio Herskovits pela African Studies Association, em 1973, Isaacman traça a evolução dos portugueses e dos seus descendentes que, em meados do século XVIII, fundaram territórios da Coroa, prazos, no vale interior do Zambeze. Ao fim de século e meio a “africanização” destes prazeiros foi tão completa que, antes da Conferência de Berlim de 1885, formaram alianças com chefes zambezianos para expulsar os portugueses da região. Certo prazeiro escreveu uma vez: “Devemos expulsar todos os portugueses e aliar-nos com os Ingleses, que se mostram favoráveis às aspirações dos Africanos.” Cf., ISSACMAN, Allen; ISSACMAN, Barbara (1975), *The Prazeros as Transfrontiersmen: A Study in Social and Culture Change*, The International Journal of African Historical Studies, nº 8, p.35. Também em ISSACMAN, Allen F. (1976), *The Tradition of Resistance in Mozambique: Anti-Colonial Activity in the Zambesi Valley, 1850-1921*, University of California Press, Berkley, s/p; *cit. in*, BENDER, Gerald J., *op. cit.*, p.28

⁴⁴ SANTOS; Boaventura Sousa (Dezembro de 1993) *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp.6-7, s/t; *cit. in*, N’GANGA, João Paulo (1995) *Preto no Branco. A regra e a excepção*, Edições Afrontamento, Porto, p.56

muito possivelmente, uma herança da noção dos descobrimentos (e dos encobrimentos) portugueses.⁴⁵

Para Valentin Mudimbe, filósofo africano da República Democrática do Congo, no seu livro *A Invenção de África – Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*, “identidade e alteridade são sempre dadas a outros, assumidas por um Eu ou Nós-sujeito, estruturadas em diferentes opiniões e expressas ou silenciadas de acordo com desejos pessoais face a uma *episteme*”⁴⁶. No caso de Angola (uma nação ainda em construção, tal como a grande maioria dos povos africanos), a sua idiossincrasia social é constituída por vertentes de ordem histórica, cultural e política, tais como: a secular herança cultural maioritariamente *bantu*; o contacto permanente de cinco séculos com a língua e a cultura portuguesa; diferentes formas de reivindicação protonacionalista e associativista que estão na génese de um moderno nacionalismo angolano; e a guerra, como factor dissociativo e também associativo, apesar das suas catástrofes e desgraças, atingiu, de forma directa ou indirecta, todos os angolanos.

*** Ph. D em Ciências da Educação e Mestre em Relações Interculturais**

⁴⁵ A este propósito, Vasco Graça Moura, quando principal responsável da extinta *Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses* (CNCDP), afirmou ao jornal Expresso o seguinte: “Existe uma diferença radical entre descobrir uma coisa e descobrir um ser humano: Descobrir um ser humano implica reciprocidade. Quem descobre é descoberto. Se por qualquer razão essa reciprocidade é negada ou ocultada, o acto de descobrir, sem deixar de o ser, torna-se simultaneamente um acto de encobrir. A negação ou a ocultação da reciprocidade assenta sempre no poder de negar ou ocultar a humanidade de quem é descoberto. Só assim é possível descobrir sem se descobrir, pôr a nu sem se pôr a nu, identificar sem se identificar, encontrar sem se encontrar, ver sem se ver. A modernidade é uma vasta teia de reciprocidades negadas: entre o sujeito e o objecto, entre a natureza e o homem, entre o civilizado e o selvagem, entre o sagrado e o profano, entre o indivíduo e o Estado, entre o patrão e o operário, entre o homem e a mulher, entre jovens e velhos. Os descobrimentos de Quinhentos são como a metáfora fundadora da negação moderna da reciprocidade. São pois, tão decisivos como descobrimentos quanto como encobrimentos”. Cf., MOURA, Vasco Graça (14 de Março de 1992), Jornal Expresso, s/t e s/p; *cit. in*, N’GANGA, João Paulo, *op. cit.*, p.56.

⁴⁶ MUDIMBE, V.Y. (1988), *The Invention of Africa – Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*, Indiana University Press – Blooming and Indianapolis; James Currey, London, p.xi

BIBLIOGRAFIA

- BENDER, Gerald J. (1976), *Angola sob o Domínio Português – Mito e Realidade*, Sá da Costa Editora, Lisboa;
- CASTELO, Cláudia (1999), *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Edições Afrontamento, Porto;
- KAJIBANGA, Victor (1999), *Crise da Racionalidade Lusotropicalista e do “Paradigma” da Crioulidade. O caso da antropossociologia de Angola*; Comunicação apresentada ao Colóquio “O Luso-tropicalismo Revisado” realizado em Lisboa, na Sociedade de Geografia de Lisboa, de 11 a 12 de Fevereiro de 1999;
- MOREIRA, Adriano; VENÂNCIO, José Carlos – Org. (2000), *Luso-tropicalismo: Uma teoria social em questão*; Vega Editora, Lisboa;
- MUDIMBE, V.Y. (1988), *The Invention of Africa – Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*, Indiana University Press – Blooming and Indianapolis; James Currey, London;
- N’GANGA, João Paulo (1995) *Preto no Branco. A regra e a exceção*, Edições Afrontamento, Porto;
- TINHORÃO, José Ramos (1988), *Os Negros em Portugal – Uma Presença Silenciosa*, Editorial Caminho, Lisboa.

SUPORTES DA INTERNET

- http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Angola, 09/05/07